

na área financeira, ao mesmo tempo em que colocam todo o ônus da crise nas costas dos trabalhadores, com ataques ainda mais violentos aos direitos sociais e recrudescimento da repressão sobre os movimentos populares.



ocorrem com periodicidade regular desde os primórdios deste modo de produção. Resultam das contradições gerais do sistema que se acumulam ao longo do processo de desenvolvimento das forças produtivas e de concorrência entre as empresas. Além disso, têm como cerne o movimento centralizador do capital em todas as suas instâncias. No momento em que explodem as crises, procurando atender seus interesses em recuperar taxas de lucro aceitáveis para manter, assim, o capital operando, a classe burguesa em suas diferentes frações (nem sempre, portanto, de maneira homogênea) toma uma série de medidas e intensifica outras já correntes no modo de produção capitalista: há queima de meios de produção, redução da produção e do consumo, redução de mercados, destruição do poder de compra da moeda, rebaixamento de salários e demissões em massa visando ao aumento do exército de reserva, e inclusive destruição de força de trabalho (como no caso das guerras, por exemplo, utilizadas recorrentemente como estratégia de recuperação da economia).

**JORNADA
INTERNACIONAL
DE LUTA 2020
ANTI-IMPERIALISTA**

tricontinental
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

A dialética interna, a dialética externa e a concorrência interimperialista

Leonardo Barboza Farias Severo¹

Resumo // O presente artigo tem como referencial metodológico o materialismo histórico dialético desenvolvido por Karl Marx. Nesse sentido, a construção do trabalho compreende três categorias principais que serão desenvolvidas separadamente, permitindo mergulhos mais profundos, seguindo uma sequência do mais aparente até a sua estrutura, para, ao fim, realizar o movimento dialético e formar um todo articulado. A primeira das categorias é a “Dialética Interna” ou a questão nacional, a segunda é a Dialética Externa ou a questão internacional e a Concorrência Interimperialista que se refere a estrutura da luta de classes do capitalismo mundializado, como última das três categorias. Essas dialogam com uma série de outras categorias e conceitos relativamente flexíveis que serão utilizados para interpretar a realidade material.

Palavras chaves // Luta de Classes; Dialética interna; Dialética Externa; Interimperialismo;

1 Bacharel em Relações Internacionais (Unijorge), Mestre em Relações Internacionais (PPGRI-UFBA) e Doutorando em Economia Política Mundial (PPGEPM-UFABC). Iniciou a militância pelo movimento social Levante Popular da Juventude (LPJ) e como livreiro da Editora Expressão Popular, fez parte da Brigada Internacionalista da Via Campesina no Haiti, Jean Jaques Desalin, e, atualmente, é militante do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD) e da Consulta Popular (CP). Contato: lbfsevero@gmail.com.

Get up, stand up: stand up for your rights! / Get up, stand up: don't give up the fight! / Get up, stand up, life is your right

Bob Marley e Peter Tosh (1973)

Para mergulhar no debate entorno da teoria marxista das Relações Internacionais necessariamente trilhamos sobre as bases das disciplinas Economia Política. Sobre esse lastro, buscamos compreender a estrutura que o modo de produção capitalista desenvolveu e quais forças sociais atuaram para a consolidação desse sistema no nível internacional.

Para isso, partimos do pressuposto que existe um limiar tênue entre as classes sociais internas dos Estados nacionais e as relações entre as classes no meio internacional. Para dar conta dessa diferenciação as ferramentas analíticas foram compreendidas à luz do movimento dialético; separados em dialética interna e dialética externa que formam um todo construído, e, posteriormente, uma perspectiva histórica que nos permita compreender a estrutura mundializada do capital. Essa método de pesquisa nos permiti perceber o grau de imbricação entre o nacional e internacional, sem perder de vista a relação entre a estrutura e os agentes que dinamizam o capitalismo.

1 – A Dialética Interna

Com o objetivo de aprofundar o estudo sobre a dialética interna, optamos por dividir o estudo deste objeto tomando como referência três variáveis que possuem um fio condutor e formam um todo construído.

1.1 – A Estrutura interna que constrange o Estado

Historicamente, constata-se que as conformações das sociedades ocorreram por uma continua luta entre classes antagônicas². A partir da leitura do desenvolvimento histórico das sociedades, podemos perceber que o triunfo de uma classe significa a negação dos interesses da antagônica e a imposição de uma estrutura e

2 Com exceção do período histórico do comunismo primitivo (HOBSBAWN, 1964).

superestrutura que permitam a manutenção do poder da classe exploradora. Nessa lógica, o movimento da evolução histórica das sociedades se caracteriza pela luta da manutenção/superação de uma determinada forma de apropriação dos recursos produzidos pela maioria da população.

Na sociedade capitalista o antagonismo central é entre proletariado vs burguesia, em que uma maioria é desprovida dos seus próprios meios de produção e uma outra parcela ínfima concentra a propriedade desses meios. Os alicerces criados por esse sistema permitiram a construção de um novo tipo de sociedade em que seria possível o fim da luta de classe, ou, ao menos, gerar uma brusca redução dos conflitos/contradições. O grande desenvolvimento tecnológico sedimentado na ampliação do trabalho social criou a capacidade do ser humano diminuir sua vulnerabilidade diante dos fenômenos/intempéries da natureza, e, assim, “faça chuva ou faça sol”, viver em abundância de recursos.

Entretanto, a essência do modo de produção capitalista está na apropriação da riqueza de forma restrita a uma ínfima parte da população enquanto a outra maior parte se encontra desprovida de recursos. Nesse contexto, é inevitável a ocorrência de fortes conflitos sociais, e, por isso, o novo modo de produção necessita que os meios de produção e os bens produzidos sejam de propriedade social.

Para seguir aprofundando neste debate sobre o movimento histórico de reprodução das sociedades, faz-se necessário articular as disciplinas economia e política. Nesse sentido, as classes sociais são a categoria articuladora, é a “dobradilha”, que liga, a partir do campo social, os processos econômicos e políticos. Ao considerar a sociedade como uma unidade integrada em constante movimento, a categoria de classes sociais nos permite compreender os núcleos articuladores que dinamizam aquela.

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem (LENIN, 1961 *apud* OSORIO, 2014, p.116).

O surgimento dessas classes perpassa por um processo histórico que teve como resultado uma dupla relação de exploração e dominação. Por mais que existam fronteiras para o entendimento desses dois conceitos, um não existe sem o outro, e, essa “unidade” que conforma a estrutura dominante. Nesse sentido, o elemento central a se diferenciar é: em qual dos polos dessa estrutura se encontra cada classe? Para isso, além de identificar quem detêm a propriedade dos meios de produção e quem é desprovido, precisamos também saber de que lado do tabuleiro cada força se posiciona.

Ao nos aproximar da leitura da sociedade capitalista podemos perceber quatro grandes grupos humanos que se diferenciam entre si pelo modo de obtenção da riqueza social, sendo: i) através da mais-valia; ii) da renda; iii) do salário; iv) formas mercantis simples. Entre esses, ainda terá a diferenciação por seu lugar na organização social do trabalho, que, muitas vezes, está relacionado à capacidade técnica e de direção para determinar os ritmos de trabalho.

As classes sociais no capitalismo⁴

Classes sociais	Propriedade ou não propriedade dos meios de produção	Forma de apropriação da riqueza	Controle ou não controle da produção	Lugar na organização societária
Proletariado	Não proprietário	Salário	Não controle	Dominado
Pequena Burguesia	Não proprietária/ proprietária	Salário/ Mercantil simples	Não controle/ controle	Dominado / dominante
Camponesinato	Proprietário	Mercantil simples	Controle	Dominado
Burguesia	Proprietária	Mais-valia	Controle	Dominante
Proprietário de terra	Proprietário	Renda	Controle / não controle	Dominante

Estes elementos nos ajudam a nomear boa parte das classes sociais do capitalismo, entretanto, ao nos aproximar mais do objeto percebemos as diferentes frações de classes e os setores que às compõe.

4 Tabela extraída de Osorio (2014, p. 120).

No caso das frações de classe da burguesia, diferenciam-se entre si pela posição que ocupam na reprodução do capital e de como se apropriam de forma indireta ou direta da mais valia. Por exemplo, a burguesia financeira/bancária se especializou nos empréstimos, a burguesia industrial em produzir mercadorias, a burguesia comercial em vender mercadorias e a burguesia agrária na renda fundiária⁵.

Em relação aos setores de classe, a forma de diferenciação é pela magnitude dos meios de produção que possuem e pela quantidade de mais valia que se apropriam, em que podemos dividir em grandes, médios e pequenos. É interessante frisar que para mensurar a quantidade sempre deve realizar uma contextualização histórica, pois o grande do passado pode ser o médio ou até o pequeno do presente.

Assim, de acordo com esses critérios podemos caracterizar a burguesia e perceber sua heterogeneidade. Cada fração ou setor tem suas próprias especificidades e exigem políticas econômicas que beneficiem seus interesses particulares, como em relação a subsídios ou impostos.

Ademais, entre a burguesia e o proletariado temos uma fração de classe fluante denominada de pequena burguesia⁶. Também podemos dividi-la em duas frações que seriam: a pequena burguesa proprietária, que controla um determinado processo produtivo e sobrevivem da apropriação da mais valia da classe trabalhadora; e, a pequena burguesia não proprietária, que não controla o processo produtivo e tem seu próprio trabalho como principal fonte de renda. Por esses obterem uma renda superior à de muitos trabalhadores, são induzidos a se diferenciar desses, e, quanto maior forem seus recursos, mais forte será a pressão para aderir aos interesses da classe dominante (OSORIO, 2014).

-
- 5 Ainda neste artigo debateremos o processo de criação de monopólios e perceberemos que essa diferenciação é apenas analítica, nos ajudando a compreender as questões específicas de cada fração, mas que hoje se encontram sobre uma “administração geral oligopolista”. Entretanto, mesmo sobre essa centralização, as contradições e diferenças entre as diversas frações da burguesia permanecem ocorrendo, principalmente, devido a própria essência do capitalismo concorrencial de uma constante maximização dos lucros, que, a partir da fase monopolista, caracteriza-se pela concorrência interimperialista (LENIN, 2012).
- 6 Este conceito parece pouco preciso para denominar essa fração de classe, principalmente por reforçar o comportamento do “deslumbramento” destes ao associá-los a uma burguesia da qual dificilmente farão parte, principalmente após o capitalismo passar para o seu “novo” tipo monopolista. Em seu livro sobre o Imperialismo, Lenin (2012) utiliza o conceito de “pequeno patrão” e em outros momentos utiliza a diferenciação através das “camadas superiores e inferiores do proletariado”, sendo essa hierarquia baseada na renda e posições de cargos. No Manifesto Comunista, Marx (2008) também enfatiza que em momentos de crise do capitalismo essa “pequena burguesia” tende a sofrer maiores impactos e se proletarizam.

Essa ampla composição de classe, supracitada, é hegemonizada pelos interesses da burguesia, sobretudo as frações produtivas e financeiras. A razão de existências dessas é aumentar seus lucros e o realizam, originalmente através da mais valia. Entretanto buscam diminuir seus custos com capital variável, principalmente, através do investimento em desenvolvimento tecnológico para aumentar a composição do capital constante. Essa tendência impeliu a criação de um população “sobrante” que está cada vez mais a “disposição” do capitalista e sujeitos a maiores níveis de exploração.

Com isso, ao nos aproximar da leitura da classe trabalhadora percebemos uma população muito mais extensa, numericamente, formando um exército industrial de reserva, que, para sobreviverem, são exortados a venderem sua força de trabalho no mercado. Podemos diferencia-los entre as frações ativas, inativas e semi-ativos, que, na prática, se encontram em constante mobilidade entre essas três variações. Além disso, podemos identificar a população latente, que se move do campo para a cidade ou de um país para o outro em busca de melhores condições de vida.

Ao analisar a classe trabalhadora ativa, percebemos os diferentes setores da classe trabalhadora que são caracterizados pelo trabalho que desenvolvem nas diversas áreas do mercado, seja na indústria, no comércio ou nos serviços. Ademais, dentro de cada setor temos categorias específicas, como por exemplo os operários da construção civil, os trabalhadores informais, as trabalhadoras de telemarketing, etc.

Entre os trabalhadores inativos podemos constatar muitos aposentados e operários incapacitados devido a acidentes de trabalho. Esses, em sua maioria, tiveram como causa o aumento da exploração através de uma intensificação do trabalho. Nos casos dos semi-ativos, podemos observar uma grande quantidade de desempregados, que, a depender da quantidade, contribuem para manter os que possuem emprego disciplinados em seus postos para que também não se tornem desempregados. Podemos somar ainda uma grande quantidade de pessoas que se encontram em situação de miséria, que, devido ao contexto social, não tiveram acesso aos “direitos mínimos” (como água, alimentação, saúde e educação) para se capacitar e ingressar no mercado de trabalho.

Assim, compreendemos que todo indivíduo pertence a uma dessas classes e que a rede de relações lhes são mais próximas conformam arquétipo⁷s que influenciam sua própria conduta social. Nesse sentido, a defesa das posições de cada

7 Para um breve debate sobre os arquétipos é interessante a leitura de Sharp (1993).

setor, fração ou classe, será mais efetiva ao se reconhecerem socialmente e estarem organizados. Na medida que expande-se essa organização para além do nível local, ganhando contornos nacionais e até internacionais, podemos afirmar que serão capazes de disputar o poder para defender e impor os seus próprios interesses.

Compreendendo o poder como “aquela modalidade particular de relações que se estabelece entre classes sociais, como capacidade de alguns em levarem adiante seus projetos e interesses em detrimento dos interesses e projetos de outras classes” (OSORIO, 2014, p. 27). Nesse sentido, o poder econômico político redefine não só as relações de poder entre seus concorrentes, como também as das outras formas de poder: desde gênero, étnicas, familiares, escolares, eclesiásticas, clínicas etc. Desta forma, engloba tanto a exploração quanto a dominação e configura a estrutura dominante.

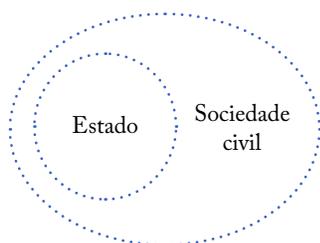
1.2 - Aprofundando o conceito de hegemonia

Dentre os teóricos do marxismo, Gramsci foi um dos que desenvolveu muitos conceitos “flexíveis” que contribuíram para diferentes campos do conhecimento científico social, entre esses, a disciplina de Relações Internacionais. Segundo Cox (1983), Gramsci desenvolveu conceitos direcionados ao estudo das sociedades nacionais, porém, a abrangência de tais conceitos podem transcender os limites das fronteiras, sendo adaptáveis para o meio internacional e que também permitem estabelecer a relação entre o interno e o externo.

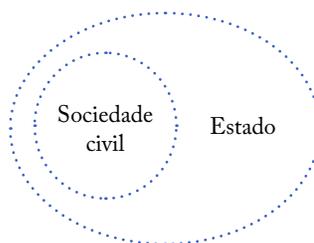
Desta forma, iniciamos pesquisando sobre a dialética interna, que, dentro da tradição ocidental, partiu da compreensão dos limites e diferenças entre o Estado e a Sociedade Civil. No caso do primeiro, foi identificado como a força e a coerção, e, constituiu-se como o núcleo central do poder das classes dominantes. Entretanto, estes tentam ocultar a posição de núcleo de poder e o caráter de classe dos aparatos estatais, por isso, estes não podem ser considerados como uma trincheira exterior à dominação, mas, sim, como o seu próprio centro gravitacional.

O segundo conceito, Sociedade Civil, teve seu papel mais destacado nas questões referentes à dominação, na criação de consenso, como por exemplo, os aparatos educacionais, as igrejas, os meios de comunicação, etc., porém, esses se situam fora do Estado. Isso não diminui o aspecto chave da sociedade civil sobre o processo de criação de consenso no sistema de dominação.

Por mais que o poder tenha seu centro articulador no Estado, partes dele também se encontram disseminados na sociedade civil e em suas múltiplas formas de representação. Desta maneira, “o poder não é tomado de assalto, pois o mesmo não está concentrado em apenas uma instituição, o Estado-Governo, mas, sim disseminado em uma infinidade de trincheiras⁸ (PORTANTINEIRO, 1977 apud OSORIO, 2014, p. 298)”.



O Estado como o núcleo articulador



Estado como trincheira do Exterior⁹

Ao aprofundar no pensamento gramsciano percebemos que os conceitos vagos e flexíveis só encontram precisão quando aplicados referentes a um determinado contexto histórico e uma realidade social específica, e, sempre estão atrelados à um objetivo da ação política. Desta maneira, sua teoria tem como principais fontes duas correntes: a terceira internacional, de base leninista, e, Maquiavel (COX, 1983).

O desenvolvimento do conceito de Hegemonia não foi um objeto de estudo para Lenin, entretanto, é um conceito amplamente utilizado por este para compreender o movimento real da sociedade, ou seja, para compreender o movimento das classes sociais. Segundo Cox (1983), Gramsci aprofundou o estudo desse conceito, sobretudo, para entender como os inimigos (a burguesia) conformam suas alianças, e, para distinguir os casos que a burguesia havia assumido posições hegemônicas sobre as outras classes.

8 De forma alguma essa compreensão deve ser confundida com posições reformistas que abandonam a luta revolucionária pela tomada do poder. É apenas uma forma para compreender a construção de força para a efetiva tomada do poder pela via revolucionária.

9 Figura extraída de Osorio (2014).

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2002b:48 apud RAMOS, 2005, p. 29).

Sobre essa base, ao realizar a leitura de algumas sociedades, Cox (1983) evidenciou que os casos em que a hegemonia burguesa se estabeleceram de forma mais completa foram na Europa “ocidental” ou do Norte. Nesses casos, foram necessárias uma série de concessões, como por exemplo, a preservação do capitalismo sobre a liderança burguesa através da implantação de formas de democracia social que cooptou/articulou setores dos trabalhadores e da pequena burguesia em torno de um mesmo projeto. Desta forma, construiu-se consenso no interior da sociedade civil a tal ponto de permitir a classe burguesa não administrar o Estado diretamente. Os governantes, simplesmente, reconheciam seus limites de ação política e “aceitavam” a estrutura hegemônica burguesa.

Em um país que a classe dominante estabelece a hegemonia, o Estado ampliado é o que mantém a coesão. Em Gramsci, este conceito possui o caráter puramente metodológico, em que sintetiza o Estado restrito que se refere ao aparelho governamental formal, em sua composição administrativa, legal e coerciva, da sociedade civil que seriam as diversas organizações e instituições que, frequentemente, têm aspecto público. Então, essa noção ampliada do Estado refere-se a noção de que a sociedade civil se relaciona com o Estado e com as forças produtivas, e, desta forma, o conceito em questão funde consenso e coerção traduzindo-se em domínio (RAMOS, 2005).

Outro conceito que deriva dessa situação de hegemonia é o de Bloco Histórico, que ocorre a partir da construção de uma sólida estrutura entre Estado e Sociedade Civil. Deve-se compreender como um conceito dialético, em que seus elementos interagem entre si criando uma unidade maior entre os componentes

objetivos e subjetivos, entre a Estrutura e Super-Estrutura, sendo estes reflexos do conjunto das relações sociais de produção¹⁰.

Nesse sentido, Gramsci utiliza-se de tal conceito para estabelecer uma justaposição entre as esferas da atividade política, ética e ideológica com o componente econômico, evitando os reducionismos a uma dessas esferas. “Contudo, deve-se ter sempre em mente o fato de que Gramsci, em pleno acordo com o método ontológico-social de Marx, não coloca a subjetividade acima da objetividade” (RAMOS, 2005, p. 34)

Vale ressaltar que um bloco histórico só existe ao passo que exista uma ordem hegemônica estabelecida dentro de uma sociedade. Caso uma classe anteriormente subalterna consiga reorganizar as alianças e estabelecer sua hegemonia, ocorrerá a construção de um novo bloco histórico, que estabelece novas formas de coerção e consenso, e, mantém uma nova unidade dentro bloco mediante a difusão de uma cultura (RAMOS, 2005).

Em outro sentido, remodelando o conceito de hegemonia desenvolvido pela teoria de Maquiavel, Gramsci defenderá que é necessário encontrar a liderança e a base de apoio para uma alternativa à burguesia. Na visão deste, o príncipe moderno refere-se ao partido revolucionário engajado em harmonizar os interesses da classe dirigente com os das classes subordinadas e aglutinar os diferentes interesses em uma ideologia com amplitude universal (COX, 1983).

Assim, o partido deveria atuar como um intelectual coletivo, buscando construir hegemonia através de um projeto que consiga aliar diversos interesses, dos diferentes grupos, sem cair em posições economicistas-corporativas. Desta forma, potencializaria a solidariedade entre as diversas frações e setores de classe, mas sem solapar a liderança e os interesses vitais da classe hegemônica.

Como os conceitos são sempre relativos a cada situação, e, por compreender os Estados como articuladores centrais do poder das classes dominantes, a aplicação desses conceitos está relacionado a determinada sociedade a qual estamos tomando por referência. Assim, compreender a formação econômico-social histórica e analisar a conjuntura atual é crucial para realizar a aplicação desses conceitos.

Um dos exemplos que Cox (1983) utiliza, para elucidar essa questão acima, é a comparação entre a situação da Europa Ocidental e da Rússia, anterior a

10 Dentro do método do materialismo histórico as ideias devem ser entendidas com base nas circunstâncias materiais, envolvendo tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção (COX, 1983).

revolução de Outubro. Ao constatar a realidade dos Estados dependentes, percebe-se que os aparatos administrativos dos Estados eram muito mais repressores, e o projeto capitalista não conseguiu estabelecer consenso no seio da sociedade. No caso russo, a classe operária ainda era relativamente pequena, entretanto, foi liderada por uma vanguarda disciplinada que conseguiu realizar a construção de um novo Estado pela via de uma *guerra de movimento*, ou seja, pela luta de massas. Esta só foi possível devido à falta de consenso no interior da sociedade. Desta maneira, essa nova classe dirigente não encontrou grandes resistências na sociedade civil.

Ao compararmos com a Europa Ocidental, que estava sobre uma hegemonia burguesa muito mais desenvolvida, a construção de um novo Estado através da guerra de movimento liderada por uma vanguarda da classe proletária seria muito mais difícil, porque esses encontrariam maior resistência da sociedade civil. A burguesia, além de ter sobre seu poder os meios coercitivos, conseguiu desenvolver maior consenso na sociedade civil.

Com isso, a estratégia alternativa para o fortalecimento da classe trabalhadora seria através de uma *guerra de posição*. Por essa via, primeiro a luta deveria ser vencida no seio da sociedade civil, para depois realizar a tomada do poder pela via do assalto do Estado. Uma leitura incorreta da situação poderia gerar um ataque prematuro, revelando a fraqueza da oposição e facilitando o restabelecimento do domínio burguês¹¹ (COX, 1983).

Então, seria necessário que a construção da contra-hegemonia ocorresse no seio da hegemonia burguesa através da criação de instituições e recursos organizativos alternativos que visassem a construção de pontes entre os operários e outras classes subordinadas. Seria um caminho tortuoso, pois as pressões dos grupos subalternos por ganhos intermediários podem estancar a estratégia revolucionária, ou, até mesmo, gerar cooptações dentro das alianças da contra-hegemonia pelos setores burgueses. De toda maneira, independente se for um país do centro ou dependente, a guerra de posição deve ser vista como um processo de construção tático, que está articulado a um horizonte estratégico, que é a tomada revolucionária do poder do Estado.

11 As diferenças entre um país do centro e um dependente não impedem que nos dois se realize a guerra de posição e movimento. A diferença é que nos países dependentes, a vanguarda revolucionária encontrará menos resistência na sociedade civil devido a sua população ser superexplorada (LUCÉ, 2018), enquanto que no centro, a exploração também existe, mas é mais atenuada devido a sua posição de maior centro de acumulação de capital permitindo maior distribuição das benesses.

A diferença entre ambas regiões foi, que, sobretudo na Europa ocidental e nos EUA, ocorreram revoluções sociais burguesas completas, refletidas no desenvolvimento pleno dos novos modos de produção e das relações sociais. No segundo caso, dos países dependentes, as sociedades importaram (ou lhe foram impostas) as características de uma nova sociedade gestada no estrangeiro, sem a substituição da antiga classe dominante. Estabeleceram-se, nessas últimas, a dicotomia entre revolução-reforma, pois nem as novas forças e nem as antigas conseguiram triunfar. As mudanças ocorridas não envolveram nenhuma sublevação das forças populares, ao ponto de tomarem o poder¹², e, também, não conseguiram realizar a revolução burguesa sobre a direção da burguesia industrial.

É neste tipo de formação econômico social histórica de uma sociedade que se utiliza o conceito de Revolução Passiva. Este conceito possui duas variações que estão de acordo com a sociedade analisada. Uma das especificidades é o *cesarismo*, que ocorreu em sociedades com maiores contradições sociais, desta forma, a burguesia local precisou de governos fortes para manter o padrão de reprodução do capital de acordo aos seus interesses. Por essa via, possibilitaram que a modificação do Estado ocorresse de forma ordenada, sem nenhuma participação popular e de acordo com os interesses da hegemonia estrangeira.

Outra característica da revolução passiva é o transformismo, processo caracterizado pela transição para o “novo” Estado através de uma frente ampla entre burgueses e operários. Para isso, foram utilizadas algumas propostas: como o protecionismo, para o desenvolvimento de uma pífia indústria e operariado nacional; a cooptação de setores e frações de classe através de regalias com cargos estatais ou possibilitando a abertura de setores da economia para que a pequena burguesia pudesse se apropriar da mais valia gerada pela superexploração do trabalho; “favorecendo” o operariado através da criação de empregos até então mais escassos; e, a domesticação de ideias potencialmente perigosas como foi o caso da criação de republicas com democracias sociais em oposição aos governos “ditatoriais socialistas”.

12 Neste caso estamos nos referindo aos países que não realizaram revoluções socialistas.

2 - O papel dos Estados

Entre os adventos do nascimento do capitalismo está o Estado-nação, que compreendemos como um poder político exercido sobre uma população de um determinado território. Essa conformação não necessariamente implica uma identidade linguística, étnica, religiosa ou cultural, pois, na realidade, a ideia de uma nacionalidade perpassou por um processo de homogeneização da heterogeneidade, um predomínio de uma nacionalidade sobre as outras. O objetivo era a busca de uma maior coesão interna que se refletisse em um maior disciplinamento das classes (e etnias) dominadas, e, que, também, solucionassem questões de mercado como moeda única, mercado consumidor, relações de trabalho, etc.

Nessa conformação, o Estado se cristalizou como o principal núcleo de poder dessas sociedades. Desta maneira, podemos dividir o Estado entre o visível, que seriam o conjunto de instituições, as leis, normas, regulamentos, forças armadas etc, e o oculto, que seria a condensação das relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade de classes. São esses elementos que constituem a essencialidade do Estado (OSORIO, 2014).

Destes aparatos estatais, surgem duas classes que também contribuem no movimento de uma dada sociedade, denominadas de classe política e classe reinante. No primeiro caso, tomamos por referência todos os membros das instituições “oficiais” que exercem funções a partir de seus respectivos setores de trabalho. O segundo caso são os que se posicionam nos altos cargos de poder das mesmas esferas, principalmente, em posições de administração direta do Estado.

Como a luta de classes é uma continua disputa pelo poder, a disputa pelo Estado torna-se central na estratégia de todas as forças, pois este potencializa os planos de quem o governa. Este controle é utilizado para manter a “paz social” e a ordem pública de acordo aos preceitos do bloco histórico. Assim, a classe burguesa busca manter o Estado em um formato que atendam seus interesses particulares, e, a classe trabalhadora luta para se apropriar dele. Uma vez no poder, deve-se destruir o Estado burguês, criar um novo Estado que atenda os interesses da maioria¹³ e possibilite manter-se na hegemonia.

Nessa luta de manutenção ou alteração de poder surgem as alianças entre as diferentes classes, frações e setores. Desta maneira, faz-se necessário a conformação

13 Para o debate sobre a necessidade do Estado na transição socialista, faz-se importante a leitura de Amin (1983) sobre o papel do aparato estatal na organização da economia de cada país.

de um Projeto Econômico-Político para estabelecer articulações/alianças entre as diferentes forças de uma sociedade, e, em um dado momento histórico, construir a composição de um Bloco Histórico.

Entre essas forças, sempre tem um pequeno grupo que se destaca pela sua capacidade de formulação de propostas, de articulação, de pertencimento de classe, de força econômica e política, e, desta maneira, exercem o papel de hegemonia interna a esse bloco. Não necessariamente a hegemonia da classe dominante será a classe reinante, esta não fará nada mais que aquela ordene ou limite. Assim, para decifrar quem detêm o poder é necessário desvendar a hegemonia e o bloco por trás da classe reinante.

Para um determinado bloco histórico se manter nessa posição de poder faz-se necessário um grande volume de capital. Desta forma, algumas forças buscam costurar alianças que transbordam as fronteiras do Estado-nação em busca do capital/força internacional. Assim, o Projeto Econômico-Político deve ser desenvolvido para atender as demandas dos diversos interesses internos e externos a sociedade.

Na dialética interna, deve-se atentar para os interesses dos setores e frações, e, suas respectivas classes sociais¹⁴. As necessidades, quando visto em uma perspectiva de classe, são muito amplas e estão de acordo com suas respectivas frações e setores. Deste modo, será a profundidade do projeto e seu enraizamento através do dialogo/consenso com a sociedade civil que permitirá contemplar os interesses da maioria das frações e setores de classe de um determinado país.

Porém, é importante ressaltar que esse movimento da luta de classes não ocorre às vistas de um Estado neutro. Mesmo que a classe dominante “permita” a classe dominada se organizar institucionalmente, através dos partidos ou sindicatos, essas entidades não possuem a capacidade e força de confrontar o Estado diretamente, e, muitas vezes, acabam sendo utilizadas como legitimadoras desse aparato estatal ilusório.

Deste modo, quando a classe trabalhadora tomar administração do Estado burguês em mãos, seu bloco histórico será apenas momentâneo, pois as forças da burguesia não permitem que perca por muito tempo no Governo, e, mesmo ao permitir tal governo, será dentro dos limites impostos pela própria burguesia.

14 Cada Estado-nação terá sua própria conformação, por isso os conceitos devem ser “adaptados” de acordo com o contexto histórico econômico social de cada território em estudo.

Por isso, para a classe trabalhadora faz-se importante realizar dois movimentos: i) identificar as forças que estarão dispostas à realizar a revolução social para alterar o bloco histórico e hegemônizar um processo de transformação profunda da sociedade de acordo com os interesses da classe trabalhadora¹⁵; ii) faz-se necessário a classe trabalhadora gerar embriões de um novo Estado, fora do Estado capitalista, criando experiências para construir o Estado que está por vir, como, por exemplo, os exércitos revolucionários, os conselhos operários, os camponeses nos movimentos sociais, as cooperativas etc. (OSORIO, 2014). E, ao tomarem o Estado burguês em mãos, necessitam destruí-lo para criar o Estado Socialista. Essa é a única alternativa para que o bloco histórico da classe trabalhadora consiga consolidar sua hegemonia.

3 - A Dialética Externa

No modo de produção capitalista, o antagonismo e a luta de classes entre trabalhadores e burgueses influenciam todos os outros aspectos da vida. Ao impor uma ordem econômico política mundial, o capitalismo, por sua própria natureza instável, torna o meio internacional continuamente sujeito a crises. Essas ocorrem por duas principais razões: i) quando existe um excesso de capital fictício e de acumulação produtiva, gerando uma desvalorização geral de todos os ativos; ii) quando o capital armazenado em infra-estruturas físicas e sociais não é realizado, e se desvaloriza, tendo por consequências; a nível social um aumento da inflação, nos casos individuais um aumento da inadimplência, e, de maneira geral, um aumento das dívidas (HARVEY, 2005).

As formas que as burguesias buscam protelar as crises são pelas vias da exportação de capitais e mão de obra, procurando anular o espaço pelo tempo, para que o tempo de rotação socialmente necessário diminua e a mais valia se realize mais rápido. Para isso, investiu-se no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, e, levando em conta os vários aspectos das decisões locais em termos de aumento da taxa de lucro. Esses fatos tornam cada vez mais evidentes a tendência expansiva e continua do capital por todo planeta terra.

Desta maneira, entre as necessidades vitais para os capitalistas esteve/está a criação de infraestruturas físicas e sociais que garantissem a produção e a circulação

15 Uma boa referência para esse debate é o texto de Lenin (1977) “Duas táticas da Sôcio Democracia”.

de capitais. É nesse sentido que urgiu a necessidade de se produzir o Estado. Esse, é revestido de contradições por ser indispensável para o desenvolvimento e manutenção do capitalismo, ao mesmo tempo, que, torna-se uma barreira à livre acumulação de capital. Soma-se a essas contradições que os aparatos estatais são, simultaneamente, o centro estratégico tanto em termos da luta de classes, quanto se faz central nas lutas interimperialistas.

Assim, os Estados, a nível internacional, são a infra-estrutura essencial para estabelecer os interesses de suas respectivas classes dominantes. Há muitos exemplos de como a burguesia se utilizou deste instrumento: para aplicar uma divisão internacional do trabalho e suas continuas reorganizações; como ente que possibilitou a mobilidade de capitais e mercadorias; utilizado como fiadores para os projetos da burguesia; como instituição que multiplica “infinitamente” os capitais fictícios das instituições financeiras por via das dívidas públicas, etc.

Sobre essa estrutura do capitalismo, em seus processos de crise, a busca do “ajuste espacial¹⁶”, ocorre através da exportação de capitais e mão de obra para outras regiões, criando cada vez mais novos espaços que possibilitem a acumulação de capitais. Entretanto, esse processo não ocorreu de forma espontânea e desordenada, principalmente, porque, o país natal desses capitais evita construir novos concorrentes que possam causar a perda de suas majestades sobre os territórios de acumulação.

Para isso, impõem uma lógica produtiva que satisfaça as demandas da matriz e mantenha os países receptores como incapazes de desenvolverem suas respectivas nações, daí surge a lógica da dependência, devido a uma situação concorrencial que não permite seu desenvolvimento, mas, que, simultaneamente, necessita desses espaços para se recuperarem da queda na taxa de lucro.

Desta maneira, o contínuo processo de protelar crises, é convertido em um processo de lutas econômicas-políticas e militares entre os diferentes Estados nações que buscam um desenvolvimento nacional autônomo.

A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam apostas em um jogo arriscado. As guerras comerciais, o dumping, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo de capital e ao câmbio, as guerras relativas às taxas de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, subjugação e controle das economias dependentes, a reorganização forçada da divisão territorial do trabalho nos impérios econômicos (inclusive impérios empresariais) e, finalmente,

16 Termo utilizado por Harvey (2005).

a destruição física e a desvalorização forçada resultantes da confrontação militar e da guerra podem ser consideradas como parte e parcela dos processos de formação e solução de crises (HARVEY, 2005, p. 157).

Nessa ordem mundial, em que as lutas pela centralização do capital movimentam as relações interestatais, podemos perceber as diferenças estruturais de cada país, e, também, a tentativa de um ou um grupo de países buscarem estabelecer uma hegemonia mundial. Sobre essa ótica, observamos que mesmo em períodos que a hegemonia não está estabelecida, a própria estrutura do modo de produção capitalista, constituído historicamente, mantém o padrão de reprodução do capital nas relações internacionais.

Nesses momentos não hegemônicos, os Estados com menor grau de autonomia tiveram maior poder de manobra, como por exemplo, utilizar de algumas das medidas protecionistas que os Estados do centro tanto utilizaram para se desenvolverem¹⁷. Entretanto, como tratado anteriormente, essas formas desenvolvimentistas dos países dependentes dificilmente ultrapassaram os limites da lógica de produção e reprodução capitalistas, ou seja, uma estrutura conformada por oligopólios que vivem em concorrência inter-imperialistas. A única forma de transpor essa barreira da dependência seria através de revoluções socialistas.

O conceito de hegemonia aplicado às Relações Internacionais é mais complexo por permear as duas categorias, a dialética interna e a dialética externa. Desta maneira, constitui-se uma sociedade civil global originada no próprio modo de produção de extensão mundial com vínculos estreitos entre as classes sociais dos diferentes países. Em outras palavras, uma hegemonia mundializada é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante (COX, 1983).

Desta maneira, o comportamento do Estado terá um vínculo direto aos interesses assumidos por cada Bloco Histórico em âmbito nacional, que, seguramente estabelecem relações com outras classes e frações de classes exteriores ao país. Por isso, percebemos que as mudanças de governos também geram relativas mudanças na política exterior dos respectivos países. Entretanto, essas alterações só ocorrem de forma substancial caso ocorram uma alteração profunda da correlação de forças a nível nacional, ou seja, um movimento revolucionário.

17 Para maiores aprofundamentos sobre os estratagemas protecionistas que os Estados desenvolvidos se utilizaram em seu processo de desenvolvimento, é importante conferir o livro de Ha-Joon Chang, “Chutando a escada” (2002).

Isto posto, vale recordar que os Estados são os principais centros articuladores de poder, sendo que isso ocorre não só a nível nacional, mas, também, a nível internacional. Por mais que muitas decisões já tenham sido articuladas anteriormente pelas classes e frações, caso não tenham a participação dos Estados essas deliberações terão ínfimas dimensões. Desta forma, mais uma vez, o Estado mostra-se com uma característica contraditória, pois ao mesmo tempo que serve como instrumento de classe, torna-se o agente mais relevante do meio internacional.

Vale frisar que mesmo ao considerar os Estados os agentes mais relevantes das Relações Internacionais não podemos afirmar que uma hegemonia internacional se caracteriza apenas numa perspectiva de conflitos interestatais. “A hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados (COX, 1983, p. 118)”.

Segundo Cox (1983), para se estabelecer uma hegemonia mundial, é necessário que o país, ou grupo de países, construa três estruturas a nível internacional, que seriam: estrutura social, estrutura econômica e estrutura política¹⁸. É essencial que se estabeleça essas três ao mesmo tempo para se estabelecer a hegemonia. A construção dessas estruturas se expressa em normas, instituições, mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento dos Estados, ou seja, um conjunto de estruturas que apoiam o modo de produção dominante.

Entre os mecanismos da hegemonia internacional, Cox (1983), aponta a grande importância que vem adquirindo as organizações internacionais. Suas cinco principais características seriam: i) corporificar regras que facilitem a expansão das ordens mundiais hegemônicas¹⁹; ii) é, ela própria, produto da ordem hegemônica; iii) legitimar ideologicamente as normas da ordem mundial; iv) cooptar as elites dos países periféricos; v) absorver idéias contra-hegemônicas.

18 Sobre as diferenças entre essas três “estruturas” é interessante a abordagem de Dobb (1983). Este indica que a revolução é um ato sobretudo político, pois esta esfera é a única que podem ocorrer mudanças de curto prazo. Nesse sentido é importante frisar que há diferenças entre a dialética interna e externa, pois perceberemos que essas modificações políticas são mais rápidas em âmbito nacional e que na dialética externa se fazem mais demoradas, principalmente se nos referimos a Organizações Internacionais, por exemplo. Este autor ainda ressalta que as estruturas econômicas e sociais são mais rígidas, tem um processo de transformação mais lento, mas que são catalizados a partir da revolução política. Segundo Netto (2004), Florestan Fernandes também parte dessa compreensão sobre a revolução política.

19 As regras que controlam o mundo monetário e comercial são particularmente importantes, vide Bretton Woods, FMI e OMC.

Para as perspectivas de construção da contra-hegemonia é importante ter o cuidado e observar duas questões. Primeiro sobre as instituições internacionais, que, da mesma forma que o Estado burguês é instituído por uma classe burguesa dominante, as organizações internacionais são estabelecidas de acordo aos interesses da classe dominante dos países hegemônicos. Desta forma, as vias reformistas acreditam que podem melhorar essas instituições e o capitalismo, como foi o caso da CEPAL. É importante deixar evidente que essas contribuições podem ajudar para o acúmulo de forças, como uma guerra de posição, mas que é imprescindível para a classe trabalhadora, ao tomar o poder do Estado, construir a hegemonia da classe trabalhadora internacional pela via da criação de uma nova infraestrutura internacional que atenda aos interesses da fase de transição socialista.

A segunda questão está relacionada às diferenças das lutas a nível nacional e internacional. Nos processos revolucionários a nível nacional, a guerra de movimento é imprescindível, entretanto a nível internacional deve ser evitada. Desde a criação da bomba atômica que uma guerra mundial direta entre as potências tornou-se impraticável, principalmente para os comunistas, porque valorizam a vida humana e a natureza como um todo. Dito isso, não se nega a possibilidade de guerras pontuais, entretanto, que sejam muito mais de caráter defensivo, evitando a expansão das esferas de influência do inimigo, visando manter a própria soberania e respeitando a autodeterminação dos povos.

Isto posto, a única guerra internacional que se deve evitar é a guerra militar, mas, as demais formas de guerra como econômico, político e ideológica devem ser postas em prática, para que se denuncie a todo momento, as características de exploração do capitalismo²⁰. Na realidade, essas propostas estão relacionadas a continuação da guerra, a diferença é que a tática preferencial adotada, para o meio internacional, é uma guerra de posição. E, a mudança estrutural da ordem mundial, ocorre, originalmente, numa mudança nas relações econômicas-sociais e ordens políticas nacionais, combinadas e articuladas a partir de um conjunto de Estados com um projeto de hegemonia.

A aliança entre as classes trabalhadoras dos diferentes Estados podem ocorrer tanto pela perspectiva da relação entre organizações nacionais, que se

20 Como por exemplo, a libertação de todas as colônias, a libertação de todos os países dependentes, a denúncia das opressões causadas por dívidas impagáveis, aos tratados que favorecem mais aos países do centro, etc. Conferir as “cartas de longe” escritas por Lenin. Mais precisamente a “quinta carta: como conseguir a paz” de março de 1917. Pode ser encontrada em “Lenin e a Revolução de Outubro” organizado por Netto e Yoshida (2017).

relacionam e respeitam os processos decisórios de seus respectivos parceiros, como também, pela relação entre os Estados. Estes, pelo poder que concentram, possuem maiores capacidades de potencializar e desenvolver as relações entre as classes trabalhadoras de todo o mundo.

É importante observar, também, que, a economia mundial e as políticas globais influenciam substancialmente as perspectivas da luta revolucionária nos diferentes países²¹ e entre os diferentes Estados. Os momentos de crises econômicas mundiais são particularmente propícios para os que buscam desafiar a hegemonia vigente. Entretanto, deve-se ter cuidado que, a transferência de hegemonia não significa, necessariamente, que seja para a transição socialista, mas também pode ocorrer a transferência de uma hegemonia burguesa por outra, como foi o caso da Inglaterra para os Estados Unidos.



21 Os países periféricos são mais vulneráveis à ação revolucionária, por terem mais contradições e porque suas elites nacionais não conseguiram impor sua hegemonia (COX, 1983).

A partir desses diferentes níveis de análise, da dialética interna e externa, constatamos que o modo de produção capitalista conseguiu conformar sua própria estrutura abarcando todos os países do mundo. Reforçamos também que compreender as relações sociais de produção é essencial para realizar a identificação das principais forças sociais existentes em um dado momento histórico. E toda essa construção foi feita sobre a base da economia política e sua “dobradiça” que movimenta a realidade material das sociedades, as classes sociais.

Ou seja, os dois sub tópicos anteriores foram para aprofundar no debate sobre os instrumentos metodológicos que utilizamos para interpretar a estrutura do modo de produção capitalista e quais forças o põe em movimento. O próximo sub tópicos tem por foco uma leitura da história econômica política da mundialização do modo de produção capitalista, que, não por coincidência, desenvolve-se plenamente em seu estágio superior, o imperialismo.

4 - O imperialismo e a mundialização do modo de produção capitalista

O início da primeira grande crise do velho capitalismo foi em 1873, quando na Europa começa o processo de queda nas taxas de lucro na produção e no comércio e o aumento da taxa de lucro do setor financeiro. Como consequência, rompe-se um processo de quebra das empresas de menor envergadura que foram sendo compradas por empresas com mais somas de capitais, e, com a crise de 1900, esse processo torna-se mais intenso configurando um período de formação dos grandes monopólios.

Os bancos, que tinham como função fundamental inicial a de intermediário nos pagamentos, passaram a acumular capitais tanto dos indivíduos quanto das grandes empresas utilizando desses capitais para empréstimos. Desta forma, operavam com um capital que estaria inativo para transformá-lo em capital ativo - em capital que rende lucro (D-D’).

Com o tempo, desenvolveram a capacidade de movimentar as contas correntes de vários capitalistas, de conhecerem com exatidão a situação financeira de cada industrial e comerciante, exercendo grande influência sobre o processo produtivo e comercial através da ampliação e restrição de crédito. Aos poucos, controlaram os rumos das empresas através da alocação de representantes dos bancos

nos conselhos administrativos ou se apropriando das companhias pelo valor mais baixo possível, permitindo assim alta lucratividade e economia de custos²².

A continuação desta prática permitiu aos banqueiros se sobreporem aos seus concorrentes industriais e comerciantes, e, atuarem de forma direta ou indireta nas decisões de todos setores da estrutura produtiva e comercial. Através das *combinações* ocorreu um processo de fusão das diferentes empresas de um mesmo ramo produtivo, por conseguinte uma centralização das informações possibilitou o capital monopolista conhecer todo o processo de produção e comercialização, facilitando o desenvolvimento de técnicas que possibilitassem diminuir custos e aumentar a escala produtiva.

Na medida em que o setor financeiro apresentou altas taxas de lucro, a concorrência interbancária se acentuou e tornando-se a principal forma de operação dos bancos para assegurar seus monopólios. A bolsa de valores e os investimentos cruzados possibilitam a criação, apropriação ou participação no maior número de filiais possíveis, os grandes bancos incorporaram as pequenas, medias e grandes empresas para sua esfera de domínio e foi nesse terreno que ocorreu a forte concorrência inter capital monopolista.

Com essa forte centralização, gerou-se uma dependência de créditos cada vez maior de um número cada vez mais reduzido de bancos²³. A formação de monopólios bancários intensificou o processo de controle não apenas no seu próprio setor, mas também amplificou a “participação” em diferentes empresas de outros ramos produtivos e comerciais, e, também, aumentaram o grau de influência na vida política dos Estados.

22 Os bancos precisavam apenas possuir metade das ações das empresas intermediárias para ditar os rumos de todas as outras empresas associadas a essas. Assim, aumentavam seus tentáculos sem aumentar seus custos (LENIN, 2012).

23 “Em fins de 1909, os nove grandes bancos berlinenses, contando com os bancos a eles afiliados, controlavam 11,3 bilhões de marcos, isto é, cerca de 83% de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão (Deutsche Bank), que controla, contando com os bancos a ele afiliados, cerca de 3 bilhões de marcos, representa a acumulação de capital mais considerável do Velho Mundo, ao lado da administração prussiana das ferrovias do Estado, com a particularidade de estar altamente descentralizada (LÊNIN, 2012, p. 56)”.

Os grupos Rockefeller e Morgan tinham uma enorme influência na vida política dos EUA. Muitos presidentes e ministros dos EUA foram protegidos dos Morgan; os Rockefeller juntamente com outros magnatas, financiavam o Partido Republicano dos EUA. Os monopólios da esfera de influência dos Morgan e dos Rockefeller obtinham enormes lucros das encomendas militares e dos fornecimentos dos governos” (LENIN, 2012, p. 67).

Essa nova forma de concorrência monopolista se consolidou a partir da hegemonia do capitalista financeiro sobre os capitalistas produtivo/comercial e intensificou a influência dos capitalistas nas decisões políticas dos Estados, atraindo-os para o centro da disputa interimperialista. Desta maneira, os diferentes aparatos estatais respondiam aos interesses de seus respectivos tutores, tendo o ápice desse processo a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu muito mais por reflexo de uma concorrência intra-burguesa que uma guerra entre Estados. Vê-se, assim, surgir à ditadura dos bancos em relação aos outros setores do capital e sobre as nações.

A partir dessa nova estrutura de concorrência monopolista do mercado mundial que surgiram os trustes/consórcios internacionais com o objetivo de limitar a ação da concorrência interimperialista. Os monopolistas se relacionam, sobretudo, para realizar a partilha econômica, estabelecer a relação entre os grupos políticos (Estados e representantes) e para disputar por territórios econômicos. E, o que movimenta esses oligopólios financeiros é uma busca desenfreada por lucros e as aspirações por hegemonia.

Ao direcionar sua análise para as colônias e aos países dependentes, Lênin (2012) percebe que o desenvolvimento do capital financeiro acentuou a internacionalização de capitais, ampliando ainda mais os contornos do mercado internacional e suas formas de exploração. Partindo da compreensão que o monopólio nasceu da política colonial, este autor acrescenta que ademais dos “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou uma série de outros fatores que induziam aos monopólios ampliar sua exploração nas regiões dependentes.

A maneira mais lucrativa era pela via da exportação de capitais. As cláusulas dos empréstimos a outros países, impunham uma série de condições de abertura dos mercados para seus credores possibilitando as grandes corporações entrarem nos novos mercados com seus bancos e filiais. Desta forma, se apropriaram da

poupança interna desses países, mantendo-os reféns da poupança externa, e, “fidelizavam” seus clientes.

Ademais, essas cláusulas previam também a ocupação das colônias e países dependentes por grandes corporações multinacionais, vinculadas aos credores, que invadiam esses novos territórios. Nessas regiões não existiam concorrentes estruturados para fazer frente às grandes empresas estrangeiras, tornando ainda mais árdua a tarefa de surgir empresas locais de grande porte.

Uma terceira estratégia adotada pelos grandes monopólios foi realizar a compra ou participação, por via das sociedades anônimas, nas empresas dos países devedores, com a incorporação parcial ou total por parte de alguns grupos oligopolistas. Por esses caminhos, as associações monopolistas – os carteis, sindicatos, trustes, etc – partilharam os diversos mercados externo aos seus países de origem.

E, um outro fator de importância fundamental é o processo de apropriação das matérias primas dos países dependentes. O monopólio dessas fontes tem caráter estratégico por serem fundamentais para alimentar a indústria, e, a partir de suas disponibilização ou não, os monopolistas tinham como controlar a indústria não cartelizada e minar as perspectivas de crescimento do concorrente.

Em suma, desde o princípio da formação modo de produção capitalista que essa orquestração dos monopólios se encontrava em formação, na realidade o “imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral (LENIN, 2012, p.123)”. Entretanto, foi sob essa nova configuração do capitalismo, que os mercados internos dos países devedores tornaram-se cada vez mais imbricados com o mercado externo, seus credores.

Então, foi na medida em que aumentaram as exportações de capitais que amplificou as participações dos capitalistas nas colônias e no estrangeiro. Esse modos operandi se cristalizou, cada vez mais, por meio das “esferas de influências” das associações monopolistas e “a ‘marcha natural’ das coisas levou um acordo internacional entre elas, à constituição de carteis internacionais (LÊNIN, 2012, p. 99)”.

Com isso, percebe-se que a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo e comercial gerou uma estrutura econômico política mundial muito mais centralizada e densa. Um punhado de capitalistas passou a influenciar toda

a economia nacional e a internacional²⁴, e, deste modo, centralizando e ampliando o trabalho social, que, em contrapartida, teve um processo de apropriação privada para um círculo ainda mais restrito que quando o trabalho social era mais fragmentado.

No outro lado da moeda, contata-se que mesmo com a ampliação do trabalho social, com o aumento da produção e com as crises recorrentes de super-produção, o capitalismo não conseguiu resolver um problema endêmico de subalimentação de grande parte da população mundial. Essa contradição entre alta produtividade e subalimentação demonstra o caráter perverso do capitalismo, deixa evidente que é um sistema falido e que nenhuma excelente reforma é capaz de modificar sua própria essência.

5 - As novas forças do Imperialismo

Ao fim da Segunda Guerra Mundial os Estados atraídos para a estrutura do modo de produção capitalista, reuniram-se na Conferência monetária e financeira da ONU, em 1944, na cidade norte-americana de Bretton Woods. O objetivo foi reorganizar o sistema financeiro internacional que tinha sido profundamente abalado pela guerra mundial. Desta conferência surgem os Acordos de Bretton Woods definindo como pivô central para o período pós-guerra: i) a criação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do GATT; ii) o sistema de paridade fixa em torno do padrão ouro-dólar; iii) a difusão do modelo fordista de produção baseado no consumo de massas.

A partir desse novo ciclo, a regulação se tornou o principal modelo para o desenvolvimento dos países centrais. Seguindo esses moldes, os aparelhos estatais deveriam ter forte presença na economia e atuarem como reguladores do mercado com o objetivo de alavancar o progresso dos seus países. Baseados em sua própria poupança interna, visavam o desenvolvimento de um mercado interno consumidor através de muitos benefícios sociais, construíam as estruturas para possibilitar uma melhor logística e gerar empregos. Desta maneira, os gastos públicos se tornaram bem elevados e foram à linha mestra para erigir o Estado de bem-estar social.

O contexto de Guerra Fria foi a principal estufa para justificar uma maior intervenção do Estado na economia. Isso se tornou evidente, sobretudo, devido

24 Em 1910, apenas 4 países possuíam 80% do capital financeiro mundial (Lênin, 2012).

os gastos astronômicos no setor militar²⁵ que se tornou o principal destino dos investimentos de recursos públicos dos Estados Unidos. Desta forma, percebe-se que a taxa de lucro do setor produtivo volta a ter uma grande atratividade e parte dos recursos financeiros investem no desenvolvimento das atividades industriais.

Assim, além das medidas do modelo de regulação fordista terem garantido a prosperidade dos países centrais, os tornaram, também, referências no plano internacional, contribuindo diretamente na disputa por áreas de influência na disputa dos países capitalistas com o Bloco Soviético.

Durante duas décadas uma aparente estabilidade do regime internacional reinou entre os países capitalistas. Neste período, os fluxos de investimento externo direto (IED), através de filiais intermediárias, garantiam uma exportação complementar para áreas tradicionais e invadiram os mercados internos dos países compradores. Ademais, foi por meio do aprofundamento das relações de dependência econômica que consolidaram seus aliados. Países como Cuba, que após terem realizado a revolução e declarado apoio à URSS, foram sancionados com o bloqueio de qualquer tipo de intercâmbio com os países aliados da Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Durante a década de 1960, esse sistema de regulação começa a apresentar sinais de insuficiências, devido, principalmente, por ser lastreado no câmbio fixo do padrão ouro-dólar. Na prática, não havia uma paridade real, mas, mesmo assim, era alimentada através da compra de títulos da dívida estadunidense pelos europeus e japoneses. O dólar valorizado beneficiava esses por manter uma boa base de exportações com destino aos EUA, e, ao mesmo tempo, era do interesse dos estadunidenses manterem sua moeda como a principal reserva do sistema financeiro internacional.

Entretanto, a manutenção da moeda valorizada dificultava as exportações estadunidenses ao mesmo tempo que beneficiava a importação de produtos e serviços. Desta forma, o ciclo contínuo de déficits da balança comercial dos EUA colocou em xeque os acordos do Sistema Bretton Woods.

As limitações desse modelo econômico não se restringiram apenas ao câmbio; é considerado também que a crise do fordismo ocorreu por terem rígidas

25 Segundo MANDEL (1978) as guerras, ou o terreno militar, são os principais impulsionadores da revolução tecnológica. Os derivados desse desenvolvimento técnico são transferidos para mercado em forma de novas mercadorias.

estruturas industriais, em que muitos trabalhadores eram empregados pela mesma empresa traduzindo-se em um alto custo de capital variável para os capitalistas. Somado a isso, a crise fiscal dos Estados gerou um forte questionamento sobre a efetividade e amplitude assumidas pelos gastos públicos.

Nesse contexto, a deterioração da estabilidade do regime econômico internacional foi se consolidando até chegar um momento de estagflação. A gota d'água da crise fiscal norte americana emergiu dos gastos astronômicos para manutenção da guerra do Vietnã. Foi então que, em agosto de 1971, por deliberação unilateral dos Estados Unidos, o presidente Richard Nixon decidiu acabar com a ancoragem do dólar, em um bem finito – o ouro - consolidando o fim do Gold Exchange Standard.

Assim, foram desmanteladas as garantias de estabilidade e crescimento do modelo fordista que tinham a inserção social por meio do trabalho, a taxa de câmbio fixo e as instituições fortes dos Estados como fontes de financiamento e regulação do mercado privado. A paulatina destruição dessas bases proporcionou aos capitalistas o controle das finanças e desbancaram os governos com seu próprio consentimento.

Em meio a essa crise, a internacionalização do capital volta a ser alavancada, sendo perceptível através de uma forte elevação de crescimento da IEDs, que, em alguns casos, superou os investimentos domésticos, e, conseqüentemente, contribuíram para o enfraquecimento do papel do Estado nacional em suas economias.

Devido a decisão unilateral dos EUA pela desvalorização do dólar, ocorreu uma fuga de captais em direção às moedas europeias, potencializando a construção de um euro mercado. Já que Nova York não era mais “confiável”, o destino desse mercado europeu de moedas passou a ser Londres. Entretanto, a queda da Libra fez muitos investidores começarem a trabalhar com os eurodólares, e, entre os primeiros a realizarem essas operações, estavam as multinacionais e os bancos estadunidenses.

Os eurodólares tiveram um crescimento exponencial, saindo de US\$ 2 bilhões em 1952, para US\$ 4,5 bilhões em 1960, e, após a crise, saltou para US\$ 160 bilhões. Com esse alto crescimento, potencializado, principalmente, pelos fundos do petróleo gerados a partir das crises de 1973 e 1978, ademais da participação nos lucros da produção e comercialização mundiais de drogas, fez-se necessário aumentar o número de praças (*off shore*) como medidas institucionais que facilitassem a criação dos eurodólares. Além de Londres e Toronto, os investimentos diretos externos do setor de finanças abriram praças, transferiram gestores

e seus ativos para Hong Kong, Bahrein, Cingapura, Bahamas, Ilhas Cayman, entre outros paraísos fiscais (CHESNAIS, 1996).

Basicamente, esse mercado de eurodólares era um mercado interbancário, que, originalmente, era constituído por de 200 bancos, mas, já a partir de 1973, foi composto por vários milhares de participantes que eram controlados por 50 bancos da tríade²⁶. Com isso, tornam-se mercados atacados de créditos constituídos paralelamente aos mercados nacionais, gerando outros meios de financiamento que não os tradicionais Estados.

Por se estabelecerem em praças *off shore*, instituíram um mercado extra alfandegário, e, desta maneira, gozavam de ausência de reserva obrigatória e de mecanismos de controle. “Até M. Friedman, perguntava-se, em 1969, se na verdade os eurodólares não nasceriam, pura e simplesmente, ‘da caneta dos contadores’ dos bancos (CHESNAIS, 1996, p. 255)”. É nesse contexto, que os bancos, por serem mais regulamentados e necessitarem manter uma alta reserva obrigatória, perde espaço para outros arranjos institucionais menos regulamentados que podem injetar todos seus recursos na criação de capital fictício, como são os casos dos múltiplos fundos de investimento.

Neste contexto, inicia-se um processo de ataque as atividades do Estado como principais indutores econômicos da sociedade para abrir espaço para os investimentos do capital financeiro. Por conseguinte, ocorreu a formação de um exército industrial de reserva a partir da desconstrução da seguridade social e a destruição das antigas relações de trabalho, reduzindo os Estados a um papel assistencialista²⁷. Os países dependentes foram os primeiros alvos de ação dos capitais pela via do aumento de suas dívidas internas e impondo novas “regulações” de mercado.

A constituição obrigatória de reservas, em nível determinado pelo Banco Central, às vezes legalmente estabelecidos, a obrigação de descontar os títulos emitidos além de um certo patamar; bem como medidas de controle sobre o câmbio e os movimentos de capitais, constituíam os principais instrumentos da chamada política monetária (CHESNAIS, 1996, p. 252).

26 Chesnais (1996) avalia que a conformação do bloco histórico sobre a hegemonia do capitalismo monopolista estadunidense é composta pela Tríade (EUA, Europa Ocidental e Japão).

27 Na esfera econômica.

Os empréstimos para as regiões dependentes provinham dos eurodólares, que, inicialmente, pareciam apropriados para esses por disponibilizarem meios para investir em seus respectivos países. Entretanto, esses recursos eram canalizado para os países centrais que utilizavam daqueles como um nicho de mercado a explorar, que, através dos juros e remessas de lucro, geravam poupança para os seus países. Durante a década de 70, os países devedores contraíram essas altas somas de dólares desvalorizados e em poucos anos ficou evidente porquê dessa relação não era tão benéfica para os países dependentes.

A desvinculação do dólar em relação ao ouro tinha possibilitado, por um lado, a geração de superávit na balança comercial dos estadunidenses, mas por outro provocou uma imensa fuga de capitais, causando um forte déficit na balança de pagamentos, sendo este um dos principais motivos para a formação do mercado de eurodólares

Foi então que o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, em 1978, começou a tomar medidas para a revalorização do dólar e aumentou as taxas de juros com o objetivo de repatriar os capitais que saíram dos EUA após a quebra do padrão ouro-dólar. A partir do governo de Ronald Reagan (1981), essa nova política de valorização do dólar é intensificada, tendo seus “efeitos colaterais” sobre os países dependentes.

Estes, que durante toda a década de 1970 tomaram emprestado altas somas de dólar desvalorizado, foram obrigados a pagar com a moeda valorizada e com uma maior taxa de juros. O México foi o primeiro a declarar moratória, em 1982, e após este outros seguiram o “exemplo” como foi o caso do Brasil em 1987.

Com essas economias em crise, os investidores começaram a retirar seus capitais investidos nas economias dependentes, que, em 1980, recebiam 22% do total de investimentos diretos externos, e, em 1989, esse percentual diminuiu para 19,2% (CHESNAIS, 1996). Desta forma, o volume financeiro passou a ser redirecionado para Estados que tivessem maior segurança e retorno para as aplicações, como é o caso dos EUA.

Essa política cambial e de aumento da taxa de juros, dos governos de Carter e Regan, facilitou para que os credores dourassem a pílula das privatizações, colocando a culpa da moratória e da inflação dos países devedores na má gestão da máquina pública. Desta maneira, influenciaram a opinião pública e realizaram suas cobranças por meio da conversão da dívida em títulos de propriedades que deveriam ser entregues aos credores. Na prática, além de ter sido altamente lucrativo

para os gestores das carteiras de crédito, possibilitou que muitos capitais fictícios adquirissem algum lastro material.

Todos esses processos geraram uma hipertrofia do mercado financeiro, que se tornou muito mais complexo com muitos novos atores entrando em cena. Já no início da década de 1990, a taxa de lucro do capital financeiro superava o capital industrial e comercial. Os bancos passaram a sofrer a concorrência com múltiplos fundos de investimento, principalmente os fundos de pensão e os fundos mútuos. Nesse novo período, esses dois tipos de fundo, que estavam localizados nos Estados da OCDE, tornaram-se forças com mais capital acumulado que os próprios bancos.

6 - Conclusão

Desde o início do capitalismo que a formação dos monopólios e a centralização dos processos produtivos e comerciais já vinham ocorrendo. A partir da crise de 1873, e com mais ênfase após a crise de 1900, o capitalismo teve uma mudança qualitativa na forma de organizar a produção internacional do trabalho e essa variação resultou numa expansão do modo de produção capitalista para todos os países do mundo. Neste contexto, um punhado de imperialistas, dos quatro ou cinco países mais desenvolvidos, centralizaram grande parte da apropriação dos lucros e das decisões de investimento. Foi assim que o capitalismo construiu seu estágio superior de desenvolvimento, ampliando o trabalho social para as diferentes partes do mundo ao mesmo tempo que concorriam entre si para disputar os diferentes territórios econômico.

Todo esse processo ocorreu quando o capital bancário conseguiu estabelecer a hegemonia sobre o capital produtivo e os outros setores da economia, transformando-se em capital financeiro. A partir desse período, os imperialistas estruturaram o modo de produção capitalista atraindo os diversos territórios para o seu centro gravitacional. Desde então, a centralização e ampliação do trabalho social alcançou contornos até então inimagináveis.

A partir disso, pode-se dizer que a hegemonia do capital financeiro construiu a estrutura do modo de produção capitalista por todo mundo. Nestas circunstâncias, o mundo se dividiu num pequeno número de imperialistas que concorrem entre si para constituir suas esferas de influência e os países dependentes que foram constrangidos por essa estrutura criada pela ditadura dos bancos.

Isto posto, é importante atentar-se para as inovações que na prática só mudam os nomes dos instrumentos, mas a lógica de reprodução se conserva. Mesmo após o retorno de uma maior taxa de lucro no setor produtivo, após a Segunda Guerra Mundial, a centralização das empresas foi mantida sobre a hegemonia do capital financeiro. Quando em 1971 ocorre a quebra do padrão ouro-dólar e o capital fictício ganha proporções cada vez mais volumosas, deste cenário advém a “necessidade” de novos instrumentos para a ampliação dos lucros na autoreprodução do capital e na extração de mais-valia.

Neste momento histórico, os bancos já tinham se modificado de diversas formas e diferentes regulamentações foram impostas a estes para tentar, minimamente, regular a economia. Entre essas normas, a que mais dificultava a ampliação total da criação de capital fictício era que limitava uma porcentagem mínima de reservas que o banco deveria ter guardado para salvaguardar a economia em caso de crise econômica e um pânico geral dos correntistas.

Desta forma, os capitalistas tentaram burlar essas limitações através da criação de diversos fundos de investimentos que estão “livres” de qualquer tipo de regulação e que tem como função única o rentismo/parasitismo. Como posto anteriormente, essa mudança qualitativa não altera a centralização e ampliação do trabalho social, na realidade essas alterações são parte da essencial concorrencial em sua constante busca por lucro/inovação, reforçando os antigos instrumentos e aumentando o alcance do modo de produção capitalista.

A reorganização internacional do trabalho com as suas diversas redes de subcontratação, o alto desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e transporte, permitiram uma nova expansão, ou melhor, uma ampliação da estrutura do capitalismo. Sem que esse perdesse as características essenciais construídas no início da concorrência intercapitalista, o novo momento traz inovações que modificam as relações de produção traduzindo-se em uma nova onda de maior exploração e dominação da classe trabalhadora, entretanto mantém e reforça a mesma estrutura marcada pela concorrência interimperialista.



Referências Bibliográficas

- AMIN S. **A vocação terceiro-mundista do marxismo**. In Eric Hobsbawm (org) História do Marxismo, vol. 11, Rio de Janeiro: Pax e Terra, 1983.
- BOB MARLEY; PETER TOSH. Get Up, Stand Up. In: THE WAILERS. **Burnin'**. [S.I.]: Island/Tuff Gong, 1973. Vinil, Lado A (18min 53s). Faixa 1 (3min 16s).
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada – A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COX, Robert. **Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais**: um ensaio sobre o método. Revista Millenium, v. 12, n.2, 1983.
- DOBB, M. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Ática, 7ª edição. 1964.
- LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/index.htm>
Acesso em: 27 nov 2020.
- LUCE, Mathias. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MANDEL, Ernest. **Iniciação a Teoria Econômica Marxista**. Lisboa: Antídoto, 1978.

NETTO, J. P. “**Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução**”. In: *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 205-210

NETTO, José Paulo; YOSHIDA, Miguel (Org.). **Lenin e a Revolução de Outubro: textos no calor da hora (1917-1923)**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização do Capital: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

RAMOS, Leonardo C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2005.

SHARP, Daryl. **Léxico Junguiano**. São Paulo: Cultrix, 1993.